

actualidades^{do INE}

Aumentou a importância relativa das despesas em habitação nos orçamentos das famílias

A despesa anual média dos agregados familiares foi de 20 391€, em 2010/2011, de acordo com os resultados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011. As despesas com habitação, com transportes e com produtos alimentares representaram, neste período, 57% da despesa anual média dos agregados familiares. A concentração das despesas naquelas três classes manteve o perfil da estrutura da despesa da década anterior, embora com aumento da importância relativa nas despesas com habitação (19,8% em 2000 e 29,2% em 2010/2011) e um decréscimo das despesas com produtos alimentares (de 18,7% em 2000 para 13,3% em 2010/2011).

O rendimento líquido total anual médio, em 2009, foi de 23 811€ por agregado familiar, correspondendo 19 201€ (80,6%) a rendimento monetário e 4 610€ (19,4%) a rendimento não monetário.

Despesas em habitação mantiveram tendência crescente do seu peso relativo; despesas com alimentação registaram comportamento inverso.

De acordo com o IDEF 2010/2011, a despesa total anual média dos agregados familiares era de 20 391€, estimando-se que 29,2% daquele valor correspondia a despesas em habitação (5 958€), 14,5% em transportes (2 957€) e 13,3% em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (2 703€).

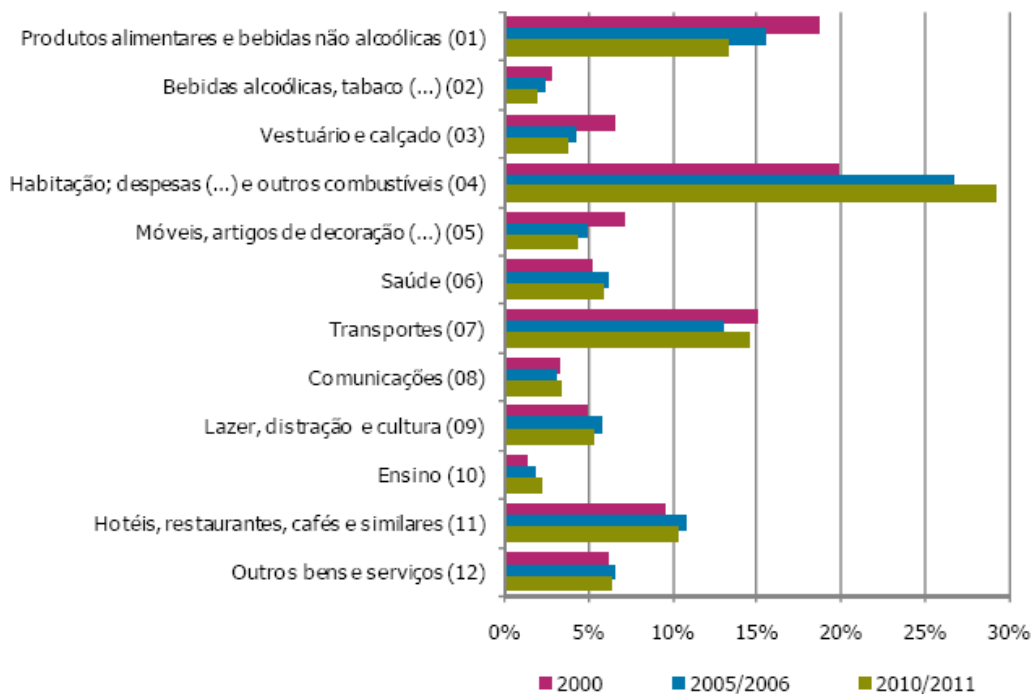
A concentração das despesas nestas classes manteve o perfil da estrutura da despesa das famílias da década anterior, verificando-se, porém, um acréscimo do peso das despesas com habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis de quase 10 pontos percentuais (de 19,8% em 2000, para 29,2% em 2010/2011). Em sinal contrário, na mesma década, as despesas com produtos alimentares diminuíram de 18,7% (em 2000) para 13,3% (em 2010/2011).

Despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, Portugal, 2010/2011



As despesas com móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação, com vestuário e calçado e com bebidas alcoólicas e tabaco, prosseguiram, em 2010/2011, a tendência decrescente, em termos relativos, face aos resultados de 2000.

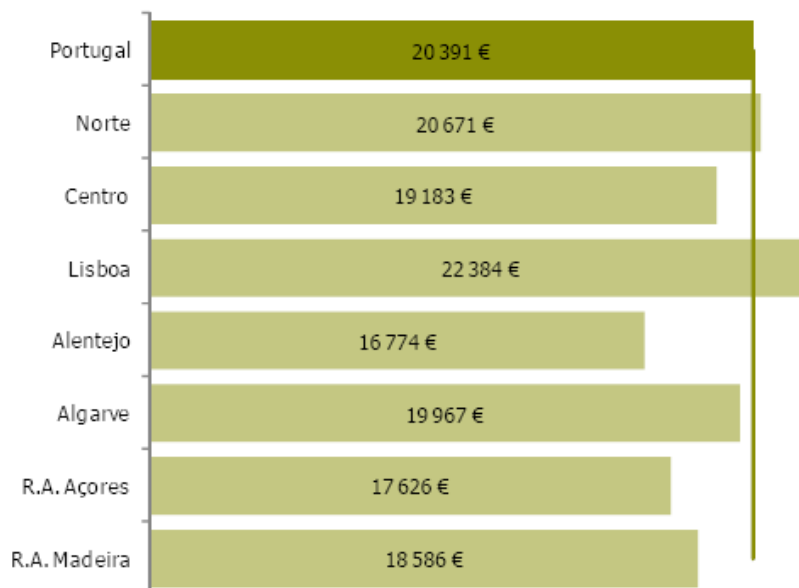
Estrutura da despesa total anual média por agregado, por divisões da COICOP, Portugal, 2000, 2005/2006, 2010/2011



Despesa anual média mais elevada na Região de Lisboa

A distribuição da despesa total anual média seguia um padrão idêntico em cada região NUTS II, nomeadamente nas principais componentes da COICOP (despesas em habitação, com transportes e com produtos alimentares).

Despesa total anual média por agregado, NUTS II, 2010/2011



Para as famílias residentes na região de Lisboa registava-se uma despesa total anual média (22 384€) superior à média nacional (20 391€). O valor da despesa total anual média, por família, na região Norte (20 671€) era também superior à média global.

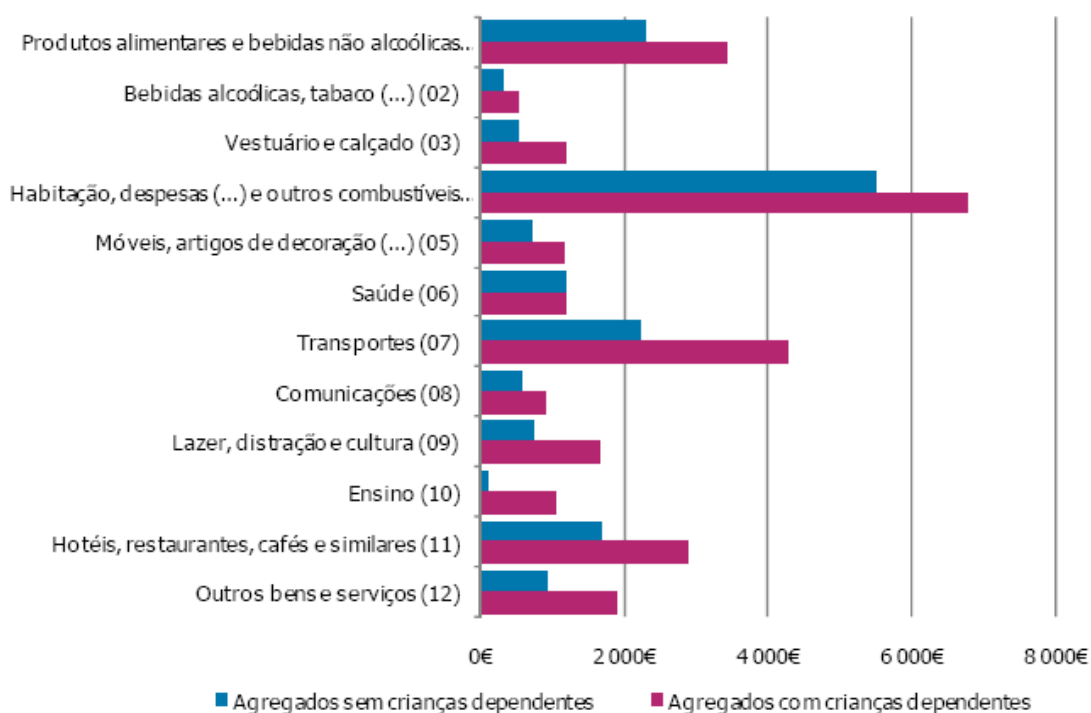
Na região do Alentejo, o valor da despesa média por agregado situou-se em 16 774€, menos 3 617€ do que a média do país. Para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com 17 626€ e 18 586€ verificavam-se, também, níveis de despesa inferiores à média nacional.

As áreas predominantemente urbanas apresentavam padrões de consumo semelhantes aos do total do país. Nestas, o conjunto das despesas com habitação (29,1%), com transportes (14,1%) e com produtos alimentares (12,5%) perfaziam cerca de 56% da despesa média anual das respetivas famílias. Para as áreas predominantemente rurais observava-se uma maior concentração das três principais componentes da despesa, com 63,2% da despesa total anual média, evidenciando-se a importância relativa das despesas com produtos alimentares (16,6%) em comparação com a das áreas predominantemente urbanas.

A despesa anual média dos agregados com crianças dependentes foi superior (60%) à dos agregados sem crianças dependentes

A despesa total anual média dos agregados com crianças dependentes, em 2010/2011, situou-se em 26 775€, ou seja, 31% acima da média global (20 391€) e 60% acima da média dos agregados familiares sem crianças dependentes (16 705€).

Despesa total anual média por agregado, por divisões da COICOP, nos agregados familiares com e sem crianças dependentes, Portugal, 2010/2011



Em termos absolutos, a despesa média dos agregados com crianças dependentes era superior, em todas as divisões da COICOP, face aos que não tinham dependentes a cargo, verificando-se as maiores diferenças nas despesas em Ensino, com gastos de cerca de dez vezes mais nos agregados com dependentes (10 280€ face a 1 028€ nos agregados sem crianças), mas também nas despesas com Vestuário e Calçado (1 890€ face a 1 028€, respetivamente), Lazer, distração e cultura (1 648€ face a 740€), Transportes (4 276€ face a 2 196€) e Outros bens e serviços (1 881€ face a 928€), com valores de cerca de duas vezes superiores. Nas despesas com Saúde constatava-se, por outro lado, um valor muito próximo nos dois tipos de agregado familiar em análise (1 190€ nos agregados com crianças dependentes e 1 184€ nos que não tinham crianças).

O rendimento monetário representou 80,6% do rendimento total líquido anual médio das famílias

O rendimento líquido anual médio, por agregado familiar, em 2009, era de 23 811€, ou seja, uma média de 1 984€ mensais, de acordo com os resultados do IDEF 2010/2011.

O rendimento monetário líquido (19 201€) representava 80,6% do rendimento total líquido das famílias, correspondendo os restantes 19,4% ao rendimento não monetário (4 610€), composto pelo autoconsumo e autoabastecimento, autolocação (rendas subjetivas) e recebimentos gratuitos ou a título de salário.

Os rendimentos do trabalho representavam 54,5% do rendimento total e constituíam a principal fonte de rendimento em todas as regiões. No conjunto dos rendimentos de trabalho, os auferidos por conta de outrem (11 378€ em média) eram sete vezes superior aos rendimentos por conta própria (1 593€ em média). Os rendimentos de pensões, com uma média de 4 943€ por agregado familiar, representavam cerca de 21% do rendimento total anual médio.

Tal como para a despesa média total anual, na região de Lisboa registava-se o valor mais elevado de rendimento líquido total anual médio por agregado (27 468€) e na região do Alentejo o valor mais baixo (20 643€).

O rendimento médio anual dos agregados com crianças dependentes, com 29 740€, era superior em 46% ao rendimento médio dos agregados sem crianças dependentes (20 386€).

Todavia, considerando os rendimentos por adulto equivalente, aquela disparidade entre agregados com e sem crianças dependentes esbatia-se, registando os agregados sem crianças dependentes (14 015€) um rendimento médio ligeiramente superior ao das famílias com crianças (13 518€), e, em ambos os casos, um valor próximo do rendimento total anual médio por adulto equivalente para o total do país (13 750€).

Região de Lisboa com maior nível de desigualdade

Considerando o rendimento total, constata-se que a incidência da pobreza variava de forma significativa entre as diversas regiões do país. A Região Autónoma dos Açores, com uma taxa de risco de pobreza de 17,9% (ou seja, cerca de três pontos percentuais acima da média nacional), era em 2009 a região com maior proporção de população detendo um rendimento total por adulto equivalente inferior à linha de pobreza. Na Região Autónoma da Madeira, Alentejo e Norte verificavam-se igualmente taxas de pobreza superiores à média nacional. Para as regiões do Centro, Lisboa e Algarve registavam-se taxas de risco de pobreza mais baixas do que para o conjunto do país.

Para saber mais...

Síntese metodológica:

O IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011, realizado entre março de 2010 e março de 2011, é a edição mais recente dos inquéritos quinquenais sobre orçamentos familiares (IOF) iniciada na década de 60. Estes inquéritos visam a atualização periódica da estrutura das despesas da população residente no país, pilar fundamental para a manutenção do cabaz de bens e serviços utilizado no Índice de Preços do Consumidor. Foram também recolhidos dados sobre o rendimento disponível monetário e não monetário dos agregados familiares e alguns indicadores de conforto básico.

Para o IDEF 2010/2011 foi selecionada uma amostra aleatória estratificada e multietápica, representativa dos agregados familiares residentes no território nacional. De modo a cumprir os critérios de dimensionamento préestabelecidos, a amostra nacional foi constituída por 16 815 alojamentos, tendo sido distribuídos de forma uniforme ao longo das 26 quinzenas que constituem o período de inquirição.

A recolha de dados no Continente e na Região Autónoma dos Açores efetuou-se de acordo com o calendário planeado, i.e. entre 1 de março de 2010 e 27 de fevereiro de 2011, sendo que no caso da Região Autónoma da Madeira a recolha iniciou-se apenas no final de março de 2010 devido aos constrangimentos inerentes ao temporal de fevereiro, terminando a 27 de março de 2011.

A taxa de respostas global corresponde ao quociente entre o número de entrevistas conseguidas e válidas (9 489) e a dimensão da amostra (16 815), ou seja, 56%. Considerando os alojamentos elegíveis e contactados (14 032), obtém-se uma taxa de respostas específica de 68%.

A recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente concretiza-se através do inventário diário de todas as despesas feitas por cada família selecionada durante uma quinzena. O IDEF 2010/2011 utilizou pela primeira vez o registo informático na recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente, em resultado da integração da Nomenclatura COICOP (cerca de 14 mil produtos) na aplicação informática do inquérito. Os restantes dados, em particular os relativos a despesas não correntes, a rendimentos e bens de conforto, foram recolhidos através de entrevista direta assistida por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês).

Os dados sobre despesas de bens ou serviços cuja classificação de acordo com a COICOP está associada a um período de referência quinzenal, mensal ou trimestral, foram anualizados através da aplicação de um fator multiplicativo que têm em conta o número de períodos no ano: 26 no caso da periodicidade ser quinzenal, 12 no caso da periodicidade mensal, e 4 no caso de consumos a que está associada periodicidade trimestral.

Os resultados estimados foram obtidos a partir da aplicação dos ponderadores de agregado familiar. Estes permitem reproduzir as condições reportadas pelos respondentes para o conjunto de famílias residentes em Portugal, de acordo com pressupostos de semelhança em termos de região, grau de urbanização, dimensão familiar e características dos indivíduos (sexo, grupo etário, nível de escolaridade) que constituem os agregados.

Síntese metodológica (cont.):

A despesa total é composta pela soma da despesa monetária com a despesa não monetária, sendo que a componente monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abrangendo um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores. As compras são avaliadas pelo seu valor total independentemente do modo ou momento do pagamento. A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O Rendimento Total é composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário. O rendimento Monetário Líquido inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros, provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social. O rendimento não monetário coincide com a despesa não monetária. Os dados sobre rendimento recolhidos no IDEF 2010/2011 referem-se ao ano de 2009.

O rendimento por adulto equivalente obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui, dentro de cada agregado, um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos (14 e mais anos) e 0,3 a cada criança.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

No contexto deste inquérito são consideradas crianças dependentes os indivíduos com menos de 15 anos, bem como os indivíduos entre 15 e 24 anos economicamente dependentes.

Fonte: INE (2012), informação disponível no respetivo [Destaque](#).

Quadros estatísticos: Poderá aceder de forma gratuita e integral à publicação dos [Orçamentos Familiares](#) – Inquérito às despesas das famílias – 2010/2011 em formato pdf no [site](#) do INE. Também disponível um conjunto de quadros estatísticos em formato *excel* e acessíveis em [Banco de Dados do INE](#).
Conceitos acessíveis no [Glossário](#) do ALEA.